

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESPECIAL TRIPARTITE (CET) DO PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 31 de julho de 2025

Horário: Início às 14h00

Formato: Híbrido - Microsoft teams e Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, sala síntese 9º andar

Participantes:

Kleber Rangel - PESRD/MS

Thabata Coitinho - PESRD/MS

Tiago Brito Magalhães - PESRD/MS

Antonio Leonel da Silva Cunha (Leonel) - SEIDIGI/MS (Chefe de Gabinete)

Poliana Cardoso Lopes - SES/MG (Secretária Adjunta da SES)

Luisa Filizzola Costa Lima - SES/MG (Subsecretaria de Vigilância em Saúde)

Vinicius Eduardo Belo Rodrigues - SES/MG (Suplente da CT e membro da Secretaria do Estado de Saúde)

Marcélio Costa - Representante dos Municípios (Prefeito de Bugre)

Fernando Gustavo - COSEMS/ES (Representante no CET)

Julia Maretto - SERD/ES (Assistente Social, Equipe de Margareth)

Margareth Saraiva - SERD/ES (Subsecretária na Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce)

Daniel Sucupira - Assessor do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha

Orlei Cardoso - SESA/ES (Subsecretário de Vigilância em Saúde e Suplente no SET)

Francisco Dias- SESA/ES (Subsecretário de Planejamento e Suplente da Câmara Técnica)

1. Abertura

A reunião foi aberta pelo Kleber Rangel Silva, representante do Ministério da Saúde, que pediu desculpas pelo atraso e informou que a gravação e a transcrição seriam disponibilizadas posteriormente. Foi compartilhado no chat o link para a lista de presença, com objetivo de verificação de quórum.

Kleber Rangel Silva informou que a reunião seria iniciada mesmo diante de algumas ausências, uma vez que havia quórum mínimo para deliberação.

Daniel Sucupira destacou a importância da agenda tripartite, o compromisso do Ministério da Saúde com o Programa Especial de Saúde do Rio Doce e a necessidade de fortalecimento da articulação entre União, estados e municípios.

2. Ausências justificadas

Foram registradas as seguintes ausências justificadas:

- **Juliana Carneiro** – Presidente da Câmara Técnica do SET, por convocação do Ministro e compromisso concomitante.
- **Sérgio** – por motivo pessoal (nascimento da filha).

4. Condução da reunião

Diante da ausência da presidente da Câmara Técnica, Juliana Carneiro, Kleber Rangel Silva informou que a reunião seria conduzida pela equipe técnica. Registrou-se que o Daniel Sucupira participaria como representante institucional, sem direito a voto. O quórum para deliberações foi oficialmente confirmado.

5. Pactuação da pauta

A pauta foi reorganizada nos seguintes pontos:

1. Informe sobre o Ofício nº 46/2025 da SES/MG.
2. Discussão e aprovação da Nota Técnica sobre diretrizes para aplicação dos recursos pelos municípios.
3. Discussão e deliberação sobre os Planos de Ação Municipais.

6. Informe sobre o Ofício nº 46/2025 – SES/MG

O ofício trata de:

- Interpretação dos dispositivos do Anexo 8 (integralização financeira);
- Rendimentos do fundo perpétuo;
- Erros materiais na planilha de projeção orçamentária.

Kleber Rangel Silva informou que:

- A manifestação já foi encaminhada à CONJUR/MS para análise jurídica;
- A equipe elaborou Nota Técnica de resposta;
- A resposta oficial será posteriormente assinada pela presidente do CET.

Poliana Cardoso Lopes informou que ela e o Vinícius estavam em período de férias, mas se colocaram à disposição para reunião técnica.

Encaminhamento: ficou definida a realização de reunião técnica entre MS e SES/MG no dia seguinte (01/08), às 14h, para análise detalhada do tema antes da emissão da resposta oficial.

7. Apresentação da Nota Técnica – Diretrizes para aplicação dos recursos

Kleber Rangel Silva apresentou a Nota Técnica orientadora para a elaboração dos planos municipais, destacando as seguintes diretrizes:

- Mínimo de 20% dos recursos destinados a investimentos estruturais, como obras, equipamentos e implantação de tecnologias.

- Mínimo de 80% dos recursos destinados às ações de atenção à saúde, incluindo: Atenção Primária, Atenção Especializada (média e alta complexidade) e Vigilância em Saúde (epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador).

A nota tem como objetivo garantir que os recursos fortaleçam estruturalmente o SUS nos territórios atingidos, com impacto sustentável e de longo prazo.

8. Esclarecimentos sobre liberação dos recursos

Poliana Cardoso Lopes enfatizou que o repasse só ocorrerá após análise na Câmara Técnica e deliberação do CET, e que municípios com planos aprovados com ressalvas terão prazo para ajustes.

Kleber Rangel confirmou que o prazo para ajustes será de 30 dias, a contar da data da deliberação. Além disso, que a liberação dos recursos ocorrerá somente após validação final, desde que cumprido o prazo expresso na resolução.

9. Deliberação sobre os Planos de Ação Municipais

Foi adotada metodologia de deliberação por blocos, conforme sugestão de Daniel Sucupira, em razão do volume de municípios.

Municípios aprovados sem ressalvas

Foram aprovados os planos de ação dos 30 municípios seguintes:

Espírito Santo: Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, São Mateus e Sooretama.

Minas Gerais: Ipaba, Dionísio, São José do Goiabal, Itueta, Conselheiro Pena, Córrego Novo, São Domingos do Prata, Ponte Nova, Bom Jesus do Galho, Galiléia, Sem-Peixe, Caratinga, Raul Soares, Naque, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, Periquito, Santa Cruz do Escalvado, Alpercata, Fernandes Tourinho, Resplendor, Tumiritinga, Iapu, Aimorés e Bugre.

Nota: o município de Aimorés/MG ficou condicionado à validação final pela SES/MG, a ser confirmada após verificação técnica.

Municípios aprovados com ressalvas

Foram aprovados com ressalvas os seguintes municípios:

1. Belo Oriente – Necessidade de adequação do plano às especificidades da população quilombola.
2. Santana do Paraíso – Ajuste financeiro no plano, que foi apresentado com valor inferior ao previsto para o período.
3. Coronel Fabriciano – Ajustes na redação sobre contratação de pessoal, garantindo caráter temporário.
4. Sobralia – Necessidade de reapresentação com ajustes nas memórias de cálculo, objetivos, metas e indicadores.
5. Marliéria – Ajuste financeiro no plano, que foi apresentado com valor inferior ao previsto para o período, adequação às especificidades da população quilombola, entre outras.

10. Outros informes e encaminhamentos



A equipe do Programa no Ministério da Saúde informou que está realizando visitas técnicas às comunidades quilombolas e, posteriormente, será realizada também em comunidades indígenas.

Representantes dos municípios manifestaram preocupação quanto ao prazo de liberação dos recursos.

O Sr. Daniel Sucupira reforçou que a liberação é prioridade máxima do Ministério da Saúde, em articulação com BNDES, Casa Civil e Fundo Nacional de Saúde.

Foi solicitado pelo Marcelo Costa que fosse incluído um ponto de pauta na próxima reunião sobre o fundo perpétuo e os mecanismos de repasse.

Beatriz solicitou a inclusão das logomarcas dos estados na resolução, sendo encaminhada análise normativa para viabilização.

11. Encaminhamentos

- Reunião da Câmara Técnica: 07/08/2025 (manhã).
- Reunião extraordinária do Comitê Especial Tripartite: 14/08/2025 (preferencialmente à tarde).
- Envio de documentos até 5 dias antes, conforme regimento.